

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **BIOPOLÍTICA E RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA: PRÁTICAS DE CONTROLE DA VIDA E O ENFRENTAMENTO ANARQUISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1901-1919)**

Patrick Coutinho

Universidade Federal Fluminense – UFF

E-mail: [patrick.cout3@gmail.com](mailto:patrick.cout3@gmail.com)

### **RESUMO:**

Com a chegada do regime republicano é possível verificar uma nova orientação da governamentalidade no sentido de modernizar, econômica e socialmente, o país, promovendo o crescimento industrial e a integração do mesmo na nova divisão internacional do trabalho. Entendemos que emergia no Brasil, no início do século passado, aquilo que Michel Foucault denominou como biopolítica: uma tecnologia política das populações que objetiva o controle da vida para torna-la conveniente as necessidades do liberalismo. Este trabalho pretende, portanto, analisar a articulação das práticas de controle da vida no Rio de Janeiro, destacando tanto o autoritarismo e violência utilizados tanto para disciplinar o trabalhador carioca, quanto a brutalidade na repressão da resistência anarquista, que entendemos com a principal opositora ao mecanismo do biopoder. Para tanto, elaboraremos, baseados em periódicos do período, análises sobre três momentos chaves desse processo de controle político da vida: o dia a dia dos trabalhadores de uma fábrica de tecidos carioca, as reformas sanitárias da década de 1900 e a arbitrariedade na repressão de militantes anarquista durante o período através da lei de expulsão de estrangeiros.

Palavras-chave: Biopolítica, autoritarismo e anarquismo.

Durante as primeiras décadas de vigência do regime republicano presenciou-se, no Rio de Janeiro, um intenso movimento de renovação das estruturas políticas, da vida econômica, da ordem social e da estrutura urbana. Isso porque estava em marcha nesse momento, um projeto político orientado por uma lógica que pretendia desenvolver no país os novos modos acumulação capitalista (a indústria) e, ao mesmo tempo, inseri-lo no novo quadro de divisão internacional do trabalho.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Dados disponibilizados por Simonsen (1973) demonstram que, durante os primeiros trinta anos da República, se desenrolou o que ele denominou como primeiro surto industrial do país. Apenas durante o período de 1890 a 1895 surgiram mais de 450 estabelecimentos industriais, quase o dobro do que registrado nos 10 anos anteriores. Esse ritmo de crescimento irá se manter com algumas variações até 1915, propiciando o aparecimento de inúmeras outras fábricas. Sabemos que, apesar de não haver uma política sistemática de industrialização durante a Primeira República, é possível verificar um certo número de medidas do mesmo para incentivar e proteger as atividades comerciais. Conforme mostraram textos bem conhecidos (PRADO JURNIOR, 1986), tivemos durante esse período práticas intervencionistas do governo federal que beneficiaram os empreendimentos industriais, tais quais a política emissorista e aumento de tarifas alfandegárias. Além disso, Araújo lembra que houve debates, ao longo de toda Primeira República, sobre a necessidade de se proteger as indústrias, já que elas eram identificadas como elementos essenciais para assegurar a soberania nacional. O mesmo autor ainda destaca a atuação de homens de Estado como Nilo Peçanha, Roberto Simonsen e Jorge Street, que demonstraram uma clara preocupação com o fortalecimento do parque industrial brasileiro. Nesse sentido,

Suas reflexões demonstram como possuíam uma visão de conjunto do país e, mais do que isto, como muitas vezes enunciaram ideias que se concretizaram anos mais tarde, quando o Estado brasileiro desenvolvia uma política sistemática de industrialização (ARAÚJO, 2009, p. 223)

Se por um lado, os ajustes na ordem econômica eram importantes para o sucesso do plano republicano de modernização capitalista, não menos essenciais era a intervenção que se deveria fazer sobre os corpos e as subjetividades dos trabalhadores que movimentam a produção. A criação de um novo ritmo de trabalho imposta pela indústria intimou o Estado republicano, e as governamentalidades liberais ao redor do mundo, a se comprometerem com a criação de um novo tipo de trabalhador mais adaptado e capaz de funcionar da maneira mais proveitosa possível dentro da nova dinâmica produtiva. É seguro dizer que o processo produtivo começava fora dos muros da fábrica, tendo sua aurora no corpo que trabalha. Para criar esse tipo conveniente de trabalhador, o governo republicano inicia uma prática invasiva e autoritária que objetivava enquadrar e regular

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

todos os possíveis aspectos da vida da população pobre da capital do país. As mais variadas esferas da vida são colocadas na mira do poder público: o lazer, a sexualidade, o trabalho, as habitações, os hábitos de higiene e, até mesmo as subjetividades. O que torna possível afirmar, portanto, que a construção normativa do homem republicano se fez na base da truculência policial e, não raramente, através do desrespeito de direitos básicos. Acredito que emergiu nesse momento, aqui no Brasil, algo que o filósofo francês Michel Foucault decidiu chamar de biopolítica, ou seja, uma tecnologia política das populações que objetiva a maximização do potencial produtivo da vida humana, através de um manejo ininterrupto da vida e dos fenômenos biológicos.

Assim sendo, este texto pretende analisar o aparecimento de técnicas de controle da vida que se abateram sobre o operariado do Rio de Janeiro durante a Primeira República, bem como a construção de resistências por parte dos trabalhadores e, especialmente, de militantes libertários. Para tanto, será elaborado a seguir, uma breve análise micropolítica sobre as violências disciplinares verificadas no dia a dia de um grupo de trabalhadores de uma indústria têxtil carioca, a Confiança Industrial; sobre o processo mais abrangente de reorganização disciplinar e sanitária da cidade; e sobre a brutal repressão política que se abateu sobre os anarquistas lutaram ao lado dos trabalhadores nas agitações grevistas do início do século XX.

## **Os micropoderes e a higienização da cidade**

O conceito de biopolítica é utilizado Foucault para nomear um certo tipo de tecnologia política, que tem sua emergência a partir de meados do século XVIII, e que é intrínseca ao que ele chama “arte liberal de governar”, ou seja, que tem o seu nascimento e desenvolvimento indissociáveis aos do liberalismo econômico. Tal tecnologia se caracteriza, principalmente, pela sua capacidade de regular a vida através de uma extensa rede de controles, que se torna possível graças ao dispositivo do biopoder, que o filósofo define como: “o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”. (FOUCAULT, 2008, p.3). A função desse conceito dentro da analítica estabelecida pelo filósofo é a de apreender um

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

fenômeno histórico característico das governabilidades liberais: a transformação da vida humana em um recurso político de grande importância dentro do capitalismo.

Essa operação se deu por meio de um processo rigoroso de normalização que inseriu os fenômenos que compõem a vida dentro de um cálculo geral de poder para, assim, torna-los balizáveis, o que possibilita o seu ajuste em relação aos parâmetros desejados pelas governabilidades liberais. Dessa forma, se pretendia controlar fenômenos sociais como as taxas de natalidade, mortalidade, longevidade, migração, disseminação de epidemias, hábitos de vida e concepções morais. Não é por coincidência que junto a emergência da biopolítica, é possível observar o aparecimento de novos campos de saber como a estatística, a medicina social e a demografia. O principal objetivo desse controle político da vida encontra o seu sentido na necessidade de potencializar a força produtiva da mesma. É necessário lembrar que no século XVIII se desenrolou um processo que hoje é conhecido como revolução industrial. Através de inovações tecnológicas como a máquina a vapor, tornou-se possível a produção em larga escala. A nova dinâmica produtiva estabelecida a partir de então, exige como requisito indispensável para o seu sucesso a produção de um novo tipo de trabalhador, capaz de se acostumar e operar devidamente com os novos ritmos de trabalho. O enquadramento da vida promovido pela biopolítica se esforça produzir o homem que essa nova etapa do capitalismo necessitava e regular os fenômenos do nível das populações foi a forma de fazer isto.

Dessa forma é possível entender os motivos pelos quais, a partir do final século XVII e início do XVIII, momento em que Foucault data a emergência da biopolítica em alguns pontos da Europa, as governamentalidades liberais passam a demonstrar uma preocupação com processos biológicos característicos da espécie humana, como por exemplo natalidade e mortalidade. Contudo, para elevar a capacidade produtiva da vida seria necessário agir não só na esfera dos conjuntos de fenômenos populacionais (macro), mas atuar no âmbito do corpo individual (micro). Nesse momento, relembremos que Foucault chama atenção para o fato de que, é necessário ter em mente que essa nova tecnologia política das populações pode se efetivar e obter êxito graças a um determinado número de mecanismos (as disciplinas) que já estavam operando a todo vapor quando ela apareceu. No curso ministrado na Collège de France em 1976, “Em defesa da sociedade”,

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Foucault (2010) lembra que ainda no século XVII apareceram na Europa técnicas de poder centradas no corpo, mais especificamente no corpo individual. O que há de diferente nessas novas técnicas é que elas constituem uma nova “microfísica do poder”, elas vão incidir diretamente sobre os corpos individuais na tentativa de maximizar o uso de suas forças através do treinamento, ao mesmo tempo em que se preocupavam em reduzir ao máximo o desperdício. Trata-se de uma nova anatomia política que insere o corpo em um processo abrangente que o analisa, o desarticula e o reorganiza. Esses corpos tornam-se dóceis graças às técnicas disciplinares. Seus comportamentos respondem a uma norma e eles passam não só a fazer aquilo que se quer, mas a fazer de uma certa maneira desejada, ou seja, a fazer como se quer. Portanto, quando a biopolítica emerge, ela se articula ao poder disciplinar através da norma, que pode ser aplicada tanto ao corpo individual que se necessita disciplinar, quanto a população<sup>1</sup> a ser gerida. Em outras palavras, essas duas instâncias de poderes “não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações.” (FOUCAULT, 1999, p.131).

Como dito anteriormente, é possível identificar a agência desse biopoder durante a Primeira República. Apresentarei abaixo uma análise sobre as técnicas disciplinares presentes no dia a dia dos trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, localizada no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Essa fábrica, que foi fundada em 1885 e funcionou até 1964, era uma das maiores do país no início do século XX e assistia os seus operários com um conjunto de nove vilas operárias, farmácia, sapataria, mercearia, açougue e uma escola para filhos dos operários.

Como é possível prever, a parcela de trabalhadores da Confiança que habitava as suas vilas, se encontrava em uma situação peculiar de controle que se estendia do local de trabalho e invadia a vida familiar e a sua organização financeira, uma vez que, eram obrigados a se enquadrar e respeitar certas disposições disciplinares para habitar as vilas, e também foram constrangidos a gastar seus escassos salários nos estabelecimentos comerciais da companhia. Com a ajuda de denúncias feitas em periódicos do período

---

<sup>1</sup> A esse respeito, creio ser pertinente destacar que a categoria “população” emerge no cenário da biopolítica. É ela quem torna a população um problema político e, ao mesmo tempo, biológico.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(tanto aqueles produzido pela classe trabalhadora quanto pela imprensa oficial) é possível atestar que durante as duas primeiras décadas do século passado, havia o uso recorrente de violência física para acelerar o ritmo de trabalho durante o expediente e da repressão policial para promover a volta dos trabalhadores ao trabalho nos momentos de paralização.

Encontramos nos periódicos algumas matérias que mostram que a jornada de trabalho na Confiança poderia passar das 15 horas nos dias de segunda a sábado. A *Voz do Trabalhador* traz uma denúncia a respeito da companhia que dizia o seguinte: “Ela queria aumentar as horas de trabalho fazendo serão e obrigando a comparecer no serviço aos domingos (A *Voz do trabalhador* 17/05/1909). A lógica por trás dessa exaustiva jornada de trabalho de 15 horas e meia é fácil de perceber. A chave para isso reside, mais uma vez, no entendimento que se fazia a respeito do ócio. Pensar a negatização da ociosidade parece, de fato, ser essencial para entender como se articulam os dispositivos disciplinares, a exemplo da clausura<sup>2</sup> (FOUCAULT, 2013a) durante a Primeira República. Para além da vontade de manter a continuidade na produção, a insistência do patronato em aumentar ao máximo o expediente dos tecelões denuncia uma estratégia que procura diminuir as horas de ócio, onde os mesmos poderiam se envolver em atividades que reduzam o potencial produtivo e prejudiquem o desempenho dentro dos muros da fábrica (como é o caso das festas, da prostituição ou do uso de drogas). Por isso temos a construção da ideia de “cidadão de bem” com o “cidadão trabalhador” e, pelo mesmo motivo, a ociosidade torna-se um caso de polícia.

A esse respeito, os trabalhos de Sidney Chalhoub (1986) e Paulo Terra (2013) são bastante esclarecedores. O primeiro mostra, ao analisar os debates na câmara dos deputados em 1888, que membros da elite política brasileira passaram a ter o “trabalhador nacional” como preocupação central e por isso começam a elaborar uma nova ética relativa ao trabalho, a fim de positiva-lo. Os parlamentares se esforçaram então para consolidar a noção de que “o trabalho se torna o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida civilizada”. Já o texto de Paulo Terra nos faz

---

<sup>2</sup> O autor comenta que a clausura é uma necessidade do poder disciplinar, que não pode se estabelecer sem a criação de um lugar diferente dos demais onde a monotonia da docilização possa ser exercida.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

pensar que a proposta de criação, ou adaptação, desse novo homem, identificado com os novos padrões civilizacionais, se dá através dessa recriminação à ociosidade. Isso porque o autor observa que apareceram dispositivos legais que afetaram a vida de todo tipo de trabalhador ao dar ênfase a um acirrado combate contra a mendicância e vagabundagem. Segundo o próprio autor: “No projeto de uma nova sociedade, o bom cidadão era identificado como o bom trabalhador e a ociosidade era considerada uma ameaça à ordem.” (TERRA, 2013. p.154).

A análise das fontes mostra também que para fazer com que os trabalhadores operassem devidamente ao longo de toda essa longa jornada de trabalho, a diretoria da fábrica fez o uso indiscriminado de constrangimentos e castigos físicos. Encontramos um exemplo dessa prática na edição do “A Voz do Trabalhador”, do dia 15 de agosto de 1908. O periódico traz a denúncia sobre um mestre de uma outra fábrica de tecidos, a Carioca, que usava de pequenas agressões no intuito de coibir possíveis atrasos dos trabalhadores ao mesmo tempo em que castigava aqueles que não cumpriam com o horário, mostrando assim que os maus tratos eram comuns: “Nesta fábrica, célebre e conhecido antro de exploração, existe um réptil que responde ao nome de João Tailor...”. O relato prossegue por muitas linhas, mostrando como o mestre Tailor apertava nas grades do portão da fábrica aqueles que chegassem atrasados, para constrange-los publicamente. Em outras edições do periódico (01/06/1909) encontramos relatos de tecelões esbofeteados pelos mestres e contramestres por não estarem produzindo no ritmo desejado. O mesmo acontecia com operários que fossem reclamar com a direção a falta de certas quantias em seus pagamentos. Como a maior parte do quadro de trabalhadores desse estabelecimento, e do setor têxtil de forma geral, era composto por mulheres e crianças, a agressão leve, por vezes, se transformava em algo mais sério, já que, eventualmente, as trabalhadoras se machucavam seriamente.

Quando os castigos físicos não eram suficientes para lidar com os operários da companhia, os dirigentes acionavam diretamente a polícia, seja para fazer reprimir os tumultos grevistas ou mesmo para preveni-los. No ano de 1908 estourou na fábrica Cruzeiro, no Andaraí, um movimento grevista que reivindicava, dentre outras coisas, o fim dos maus tratos físicos dos funcionários. Temendo que os trabalhadores da Confiança

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aderissem ao movimento, a direção da companhia optou por um incremento massivo das forças de vigilância “Na fábrica ‘Confiança’, em Vila Izabel, foram introduzidos sem haver motivos para isso, seis praças da polícia com carabinas embaladas.” (A Voz do Trabalhador, 22/11/1908. p.4). De fato, a historiadora Margareth Rago foi assertiva quando se referiu a esse momento como o

“...império da violência física e direta exercida no âmbito da fábrica, onde o industrial ditava irreverentemente as normas de conduta, procurando padronizar os comportamentos segundo sua vontade, determinando os horários, os salários e todas as formas de relacionamento entre capital e trabalho [...]” (RAGO, 1984, p.25)

Ângela de Castro Gomes (2005) relembra que nesse período ocorreram várias ações conjuntas da polícia e do patronato para garantir a disciplina e a ordem por parte dos trabalhadores. Um episódio ocorrido na fábrica Confiança deixa isso bem claro. Em 1901, após alguns consumidores terem ido reclamar com a gerência da fábrica sobre a qualidade de alguns tecidos, a mesma teria feito o uso de maus tratos e descontado o valor dos panos devolvido dos salários dos tecelões. Os trabalhadores iniciaram, então, uma greve que duraria até o dia 11 do mesmo mês, exigindo não só a devolução dos valores descontados como também o fim dos maus tratos. Não demorou muito para a repressão se abater sobre eles: apareceram na fábrica cerca de 30 praças de cavalaria e mais 35 de infantaria, todos portando armas de fogo. Apesar dos operários se manterem pacíficos, se limitando a não retornar ao trabalho para conseguir mais adesões ao movimento, a forma pela qual a polícia encontrou para lidar com os manifestantes foi de extrema truculência. “Em vez de, por meios brandos, dissolverem os grupos, os soldados atiraram os cavalos sobre o povo que ali estacionava” (A GAZETA DE NOTÍCIAS, 08/11/1901). Não sendo o suficiente agredir os operários que se mantinham paralisados nas ruas ao redor da fábrica, o delegado responsável pelo caso, o “Dr. Rego Barros”, se dirigiu diretamente às vilas operárias para constranger os trabalhadores em suas residências e “aconselha-los” a retornar ao labor. A leitura desta experiência grevista nos fornece uma imagem de como funcionava os dispositivos de vigilância e punição exercidos para a disciplinarização dos

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalhadores. Certamente, a articulação entre o patronato e a força policial permitiu a expansão do “olhar hierárquico” (FOUCAULT, 1999b)<sup>3</sup> para fora do complexo fabril.

Depois dessa sucinta análise sobre o controle disciplinar do corpo, através do recorte micropolítico oferecido pela fábrica Confiança, cabe agora discorrer, brevemente, sobre a tentativa macropolítica de gerenciamento dos fenômenos populacionais (natalidade, mortalidade, habitação, disseminação de epidemias e etc), através de uma breve análise a respeito das reformas urbanas do início do século passado, que tiveram seu momento mais agudo sobre a gestão de Pereira Passos.

É necessário, portanto, entender como a biopolítica penetra nas cidades, remodelando-as de maneira conveniente em relação às necessidades do capital, e o papel central desempenhado pelo higienismo, um ramo da medicina social, neste processo. Sabemos que o higienismo foi a locomotiva que conduziu todo o processo de transformação estrutural e social ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Ele pode ser caracterizado como uma doutrina que sustenta um discurso que acopla postulados da ciência médica a um projeto moral de sociedade e, nesse sentido, pode ser situado como um dispositivo (AGAMBEN, 2005b)<sup>4</sup> da biopolítica que opera na direção do controle da vida ao passo que intervém nos hábitos e na moradia de população que deveria ser civilizada, mesmo que contra a sua vontade.

Qualquer um que tenha familiaridade com a literatura sobre o período sabe que, no discurso do poder público “O alvo principal de suas críticas eram as habitações “coletivas”, onde se aglomerava a heteróclita multidão de “pobres” na área central do Rio de Janeiro” (BENCHIMOL, 1990. p. 116). Os cortiços e casarões sempre superlotados, escuros, mal ventilados e sujos, dos trabalhadores pobres, eram acusados, pelas autoridades sanitárias, de serem, não só o foco de disseminação de doenças que acometiam e minavam a capacidade produtiva da força de trabalho, como a febre amarela, varíola e cólera, como também os causadores das chamadas doenças morais: a preguiça,

---

<sup>3</sup> Junto à sanção normalizadora e ao exame, o Foucault demonstra que esses três elementos são indispensáveis para o sucesso da disciplinarização.

<sup>4</sup> Agamben explica que o sentido do termo dispositivo em Foucault fala sobre algo que “o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito” (Ibidem. p.11). Assim a definição de dispositivo pode abranger uma área de saber, uma lei, um edifício, uma instituição e etc.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

a prostituição, alcoolismo e a criminalidade. Percebe-se, portanto, uma prática discursiva que estigmatiza o homem pobre e legitima a intervenção do Estado sobre a sua habitação e higiene. Iniciou-se cruzada das autoridades públicas contra esse tipo de habitações populares.

Lembramos que, nos anos de vigência da presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), os trabalhadores pobres passam a lidar de forma muito mais constante com o autoritarismo dos órgãos sanitários. A polícia sanitária invadia os casebres sem necessitar de sua permissão, para fiscalizar e recomendar ou não a derrubada do edifício. Todo esse autoritarismo foi possibilitado pelo aparato legal. O Estado produziu novas leis que permitiam que as autoridades sanitárias invadissem a vida privada das classes pobres, de forma autoritária e os expulsasse do centro da cidade, promovendo assim uma reorganização urbana classista e delimitando possibilidades de habitação.

Talvez o mais expressivo exemplo disso é o decreto nº 1.151 de 1904. Vale lembrar a violência no fazer das práticas higienistas encontra suporte em um movimento de desqualificação da capacidade das classes populares de preservarem suas próprias vidas. Tanto as autoridades médicas, quanto os industriais, entendiam esse grupo de pessoas a partir de uma perspectiva animalesca ou bestial. O trabalhador pobre urbano era incapaz de pensar racionalmente, cedendo sempre aos impulsos mais triviais, o que o tornava inapto a cuidar de sua própria vida. Na ótica dos higienistas era necessário salvar os miseráveis deles mesmos, retirar-os de sua própria podridão. Nada poderia ser mais indicativo da presença da biopolítica do que isso. O que se pretende com essa prática de intervenção avassaladora do poder público é tornar essas vidas úteis, potencializar sua capacidade produtiva, o que, não por coincidência, é o objetivo desta tecnologia de poder.

### **A resistência anarquista e as deportações arbitrárias**

A frase “...onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1999. p.91) é uma das mais conhecidas e citadas de Foucault. O sentido dela reside no fato de que, para ele, as relações de poder são sempre correlações, ou seja, a partir do momento que emerge algum tipo de regime de poder, emerge simultaneamente uma forma de resistência ao mesmo. É bem documentado pela historiografia do Brasil República que as duas primeiras décadas do século XX foram palco de inúmeros movimentos grevistas por parte de todas as

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

categorias de profissionais, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país. Também se sabe que, nesse momento, o anarquismo era a corrente ideológica com mais presença no movimento operário (ADDOR, 2015). Esta pesquisa aposta na ideia de que o anarquismo corporificou a outra ponta, a da resistência, na correlação de poder estabelecida pela emergência das práticas de controle da vida.

Dito de outra forma, no contexto de reação à tentativa de controle ininterrupto do viver, a entrada em cena do anarquismo dentro do movimento operário, se explica, em parte, no fato de que as ideias libertárias se tornaram um poderoso escudo para que os trabalhadores pudessem lutar, naquele momento, contra o biopoder. Acredito ser possível caracterizar o anarquismo como a antítese, por excelência, da biopolítica, já que, enquanto essa pretende controlar e gerir a vida, aquele pretende libertá-la.

De certo que seria possível mostrar como que os vários aspectos da prática anarquista corporificam uma relação de rivalidade com a biopolítica, mas dada a brevidade deste artigo, tentarei focar naquela que parece ser a mais importante e distintiva: a recusa da forma Estado e a não participação no jogo político institucional. Conforme mostramos, o Estado é uma das principais instituições, embora não a única, responsáveis pela tentativa de organização do corpo e da vida. Trata-se, como explicam Deleuze e Guattari (2012), de uma instituição que só consegue suportar a vida humana quando esta se encontra em estágio reduzido (organizado) e nunca em intensivo.

Mikhail Bakunin é um dos muitos pensadores anarquistas que percebem esse potencial organizacional do Estado e questiona “O que é o Estado senão a organização do poder?” (s/d, p.2). A responsável por essa organização da vida é, sem dúvida, a biopolítica e, dito isso, quando os anarquistas da Primeira República negavam o Estado e se recusavam a desenvolver a luta política nas instituições deste, eles assinalavam a sua posição de inimigos, por excelência, do controle político da vida.

Reafirmando o que disse acima, durante as décadas de 1900 e 1910 os anarquistas ganharam destaque dentro do movimento operário e as suas ideias podem ser verificadas em organizações de trabalhadores, não só no Rio de Janeiro, como também em outros municípios do Estado, como Niterói, Magé e Petrópolis. No que diz respeito aos trabalhadores da Confiança, podemos constatar, através das fontes, o contato com ideias

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

libertárias já no ano de 1901. Após término do movimento grevista de novembro de daquele ano, relatado anteriormente nesse texto, tivemos a explosão de um segundo movimento no dia 26 do mesmo mês. Destaca-se aqui, o fato de que os operários tiveram que buscar por um lugar secreto para se reunir e organizar o movimento, uma vez que praças policiais passaram a vigiar as vilas operárias, depois de sufocar o primeiro movimento. O taverneiro Francisco Ribeiro, abrigou em sua taverna, na calada da noite, os operários da fábrica, e se dispôs a ajudar financeiramente o movimento. Também se encontrava taverna o militante anarquista, Olímpio Inhatá que, assim como Francisco, ajudou financeiramente os grevistas e teria auxiliado os tecelões em relação à condução do movimento (O PAIZ, 28/11/1901).

De fato, esse segundo movimento grevista, organizado com o auxílio de Inhatá foi balizado por uma prática de luta bem diferente em relação ao primeiro. Enquanto que na greve inicial os operários se mantiveram em atitude pacífica e aceitaram a mediação do senador da república José Lopes Silva Trovão (A GAZETA DE NOTICIAS, 10/11/1901), dessa vez dessa vez os trabalhadores operaram pela tática anarquista da ação direta pois, planejaram o movimento e lidaram com o patronato, sem mediadores, não cedendo até que suas reivindicações fossem atendidas. Além disso, se nas agitações iniciadas no dia oito os operários apenas se recusaram a retornar ao trabalho, nos levantes do final do mês o movimento assumiu feições ludistas, já que os trabalhadores promoveram a quebra das máquinas e motores.

Além de atuarem na organização de movimentos isolados de trabalhadores, como foi o caso do exemplo que acabei de apresentar, os libertários também contribuíram com a organização e articulação da resistência dos trabalhadores através da sua participação em órgãos e eventos organizacionais da classe operária. Foi esse o caso do Primeiro e Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizados, respectivamente em 1906 e 1913, e as organizações que delas resultaram, dentre as quais, cito o exemplo da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ). Em sua pesquisa, Addor (2015) deixa claro o teor anarquista das resoluções de ambos os congressos. Essas resoluções orientavam os operários no que diz respeito à organização sindical, atuação dos sindicatos, ao proceder

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

nas greves, a criação de escolas racionais e a pulverização das organizações de trabalhadores pela cidade por meio de sucursais.

Em reação a isso, começa a se construir, por parte do governo federal, uma prática discursiva que será utilizada de forma exaustiva pela grande imprensa ao longo das duas primeiras décadas do século XX: a de que as inquietações populares seriam fruto do trabalho maquiavélico de anarquistas. Isso fica bem claro na carta que o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA), organização representante da burguesia industrial têxtil do Rio de Janeiro, envia para o presidente da república, alertando-o para a necessidade de combater o “sopro da anarquia”, atribuindo parte da culpa pela natureza generalizada da greve aos libertários. Azevedo (2005c) mostra que, na visão da imprensa e da burguesia da época, os trabalhadores brasileiros eram considerados homens de bem, porém ingênuos, o que os tornava facilmente influenciáveis para os “anarquistas estrangeiros”.

A governamentalidade republicana inicia então um movimento de caça às bruxas que inseriu, sobretudo, os anarquistas na mira da polícia do Distrito Federal, pois os mesmos passaram a ser entendidos como uma ameaça à ordem, uma ameaça ao mundo que se pretendia criar através da biopolítica. Creio que um bom exemplo do enrijecimento crescente da repressão em relação aos anarquistas é o da lei de expulsão de estrangeiros, mais conhecida como a lei Adolfo Gordo, e o seu endurecimento ao longo da década de 10.

Sancionada em 1907, através do Decreto n.1641, essa lei previa no seu primeiro artigo que “O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional.” (BRASIL, 1907). Ficariam livres da expulsão apenas aqueles estrangeiros que tivessem residência comprovada no país, ou seja, que vivam aqui por mais de dois anos, ou caso, não estivessem aqui por todo esse tempo, aqueles que fossem casados com brasileiros ou viúvos com filhos brasileiros.

Sabemos que as práticas de prisões e deportações políticas irão não só se manter como aumentar em volume durante a década de 1910 e, especialmente após a insurreição anarquista no Rio de Janeiro em 1918. O decreto de 1907 não estava dando conta de minar

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a presença anarquista nos movimentos populares, por isso foram promulgados outros dois decretos, um em 1913 e o outro em 1919. O primeiro revogava a condição de residência, casamento ou paternidade/maternidade de filhos brasileiros, como impeditivos para a expulsão de estrangeiros e o segundo regulava também a entrada de estrangeiros (anarquistas em potencial) no território nacional. Dessa forma, a década de 1910 presenciou um número considerável de militantes anarquistas deportados por conta da repressão política.

Sabe-se que, quando não eram enviados para fora do país, os presos políticos da capital, principalmente os anarquistas e comunistas, eram enviados para as colônias correccionais em áreas isoladas do país, como aquela existiu em Ilha Grande, no Estado fluminense, e a de Clevelândia, no Amapá. Sobre a primeira, o estudo de Santos (2006) mostra que esta passou a receber um alto número de presos políticos ao longo da década de 1910 e contava com um alto índice de óbito dos internos em função das precárias condições estruturais e sanitárias do local. Sobre a segunda, que foi montada na década seguinte, as análises de Romani demonstram que essa se consolidou como um verdadeiro campo de concentração para anarquistas:

A associação direta com o anarquismo deve-se ao fato de que o único contingente de pessoas confinadas nesse campo por motivos absolutamente políticos, foram os simpatizantes libertários. Não há registros de presos de outra corrente política que não a anarquista. (ROMANI, 2003, p. 113)

## **Conclusão**

O aparecimento das técnicas de controle da vida no Brasil, durante a Primeira República, trouxe consigo o acirramento dos controles e das vigilâncias. De forma invasiva e autoritária o Estado republicano incidia sobre o corpo que trabalha, ditando não só como esse deve trabalhar, mas quais espaços ele pode habitar, como ele deve se higienizar, inserindo nele valores morais e subjetividades mais adequadas ao projeto de civilização que se pretendia criar. Ao mesmo tempo, se tentou minar ou constranger todas as práticas políticas que contestavam a nova ordem vigente, incidindo, com muito mais força, naquelas que não tinham um tom reformista, e eram, portanto, mais perigosas, como a dos anarquistas.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para promover o sucesso desse projeto burguês de sociedade, que dava os seus primeiros passos durante a Primeira República, foi necessária a apreensão autoritária de toda a vida cotidiana, a reorganização classista do espaço da cidade e o enfrentamento da resistência política.

Dessa forma, o estudo desse período a luz na noção foucaultiana de biopolítica em muito contribui para um novo entendimento sobre os anos iniciais do regime republicano, pois fragiliza a visão, já tradicional na historiografia brasileira, de que nesse momento imperava uma espécie de “liberalismo excludente”, ao demonstrar que havia toda uma rede de capturas da vida, e que a governamentalidade liberal dessa conjuntura, na verdade, reorganizou, fixou, controlou, docilizou, normalizou e higienizou. Além disso, ao entender o peso que teve a emergência biopolítica no Brasil, podemos redimensionar a importância histórica do anarquismo e dos anarquistas no início do século XX.

## Referências bibliográficas:

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo?* Santa Catarina: 2005a.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados. O diário da primeira greve geral do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005b.

ARAUJO, Jorge Zeidan. *Aspectos econômicos da República Velha: café, urbanização e industrialização*. Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes. Nº 1 - Maio de 2009a.

BAKUNIN, Mikhail. *El principio del Estado*. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bk000148.pdf>. Acessado em 11/03/2021.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: 1990.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BONFÁ, Rogério L.G. “*Com lei ou sem lei*”: *as expulsões de estrangeiros na Primeira República*. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009b. p.185-214.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol.5*. São Paulo: Editora 34, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I – A vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999a.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999b.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005a.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROMANI, Carlo. *clevelândia (oiapoque). colônia penal ou campo de concentração?* Verve, São Paulo, vol.4, p.112-130, 2003.

SANTOS, Myrian S. dos. *Os Porões da República: A colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930*. TOPOI, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.445-476, jul-dez, 2006.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: editora da USP, 1973.

TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e Trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870 – 1906)*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade, 2013

Fontes primárias:

*Gazeta de Notícias (1901)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, hemeroteca digital.

*A Voz do Trabalhador*, Ogram da COB (1908-1909). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

*Gazeta Operária*. (1902). Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional.

*O Paiz*, Rio de Janeiro. (1901- 1909). Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, Hemeroteca digital.

BRASIL. **Decreto 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 11/03/2021